
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PRODEMGE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte-MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 10 de março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas, de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/installações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- e) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

- f) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- h) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
 - Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

4. CONTAS A RECEBER

	R\$ 1,00	
Cliente	2014	2013
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	85.379.357	79.075.146
Administração Indireta	6.619.476	2.946.465
Outros	420.727	2.259
Serviços Realizados a Faturar	33.318.346	24.392.160
Total Estado	125.737.906	106.416.029
Extra Estado:		
Prefeituras	1.347.432	1.677.072
Total Extra Estado	1.347.432	1.677.072
Total	127.085.338	108.093.101

5. TANGÍVEL

	R\$1,00				
	2014			2013	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(9.456.938)	10.077.915	11.653.046	4%
Equipamentos Processamento de Dados	60.984.322	(37.860.466)	23.123.856	22.275.099	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.079.304	(694.933)	384.371	524.079	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	663.188	(655.353)	7.835	70	7%
Veículos	193.390	(74.978)	118.412	150.012	20%
Software	-	-	-	2.253.445	20%
Outros	21.275	-	21.275	21.275	-
Total	92.876.332	(48.742.668)	44.133.664	47.277.026	

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação e incluída na movimentação anual, perfaz o valor de R\$98.547 no fim de 2014 e R\$98.547 em 2013.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.664.827, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

6. INTANGÍVEL

	R\$ 1,00			
	2014		2013	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	46.581.613	(34.752.368)	11.829.245	11.967.444
Total	46.581.613	(34.752.368)	11.829.245	11.967.444

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
CIRCULANTE	2014	2013
PASEP	1.759.196	1.124.234
INSS	1.622.627	1.269.596
COFINS	8.104.993	4.812.555
Salários e Honorários a pagar	3.912.504	3.564.163
FGTS	781.677	723.917
Plano Previdencial Libertas	1.727.751	2.008.082
Contribuições retidas na fonte	63.170	66.594
Benefício Pós Emprego	1.035	11.699.873
	17.972.953	25.269.013

	R\$ 1,00	
NÃO CIRCULANTE	2014	2013
PASEP	4.288.579	4.136.083
Benefício Pós Emprego	23.993.228	12.199.171
	28.281.807	16.335.255

A companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, no valor original de R\$3.805.035, cuja questão está *sub judice*. O valor atualizado para dezembro de 2014 é de R\$4.288.579 e de R\$4.136.083 em dezembro de 2013.

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$1.727.751 em 2014 e R\$2.008.082 em 2013.

Em 2014, a partir da implantação de uma estratégia previdencial, conforme Nota Explicativa n.º 08, houve a necessidade de transferência dos valores já reconhecidos como Benefício Pós Emprego (Passivo Circulante) para contas de financiamentos. O déficit apresentado pelo plano RP5-II foi negociado com a Fundação Libertas, gerando um contrato de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida (vide Nota Explicativa n.º 09). Em 2014 encontra-se registrado o valor de R\$1.035, que se refere a contribuições extraordinárias do plano RP5-II.

Para atender a deliberação CVM n.º 695/2012 (Pronunciamento Técnico CPC 33(R1)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$23.993.228 em 2014 e R\$12.199.171 referente a 2013, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido.

8. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Fundação Libertas é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Os planos de benefícios por ela administrados são Prodemge RP5-II (modalidade de Benefício Definido), Plano Saldado (modalidade de Benefício Definido) e o Plano ProdemgePrev (modalidade de Contribuição Definida).

Histórico

O Plano Prodemge RP5-II encontrava-se deficitário, ou seja, seu patrimônio não cobria as provisões necessárias ao pagamento dos benefícios atuais e futuros de participantes e assistidos. Para solucioná-lo, a Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais. Essa estratégia contemplou as seguintes ações:

- a) Criação do Plano ProdemgePrev em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.
- b) Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
- c) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
- d) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.
- e) Após a data efetiva de transação independentemente de remanescerem participantes e assistidos está em curso o processo de retirada de patrocínio do Plano Prodemge RP5-II e a sua consequente desativação.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

Anteriormente à data efetiva de transação, especificamente no exercício financeiro de 2013, a PREVIC através do seu ERMG - Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) determinou a regularização das Contribuições Normais para o Plano Prodemge (RP5-II) referentes à Pecúlio e Auxílio Doença, até então efetivadas exclusivamente pela Patrocinadora, em contrariedade à legislação no que se refere à exigência de paridade contributiva no custeio dos planos de benefícios.

A cobertura dessas Contribuições Normais fora da paridade abrangeu um período de 05 anos, de junho/2009 a maio/2014, e resultou na diferença de valores a favor da Prodemge, os quais, atualizados, montam R\$1.239.102.

Conforme ajustado com o ERMG, esse montante foi compensado nos contratos referentes à parcela de responsabilidade da Patrocinadora no déficit apurado na Data Efetiva da Transação, restando como déficit líquido o montante de R\$ 47.607.395.

A proporção de rateio utilizado na distribuição do valor total do déficit líquido apurado para cada plano foi determinada com base no total das Reservas Matemáticas de Transação Individuais – RMTIs destinadas a cada plano. Para o Prodemge RP5-II o percentual utilizado foi de 1,2404497%. No Prodemge Saldado utilizou-se o percentual de 24,4286593% e para o ProdemgePrev de 74,330810%.

A síntese do déficit entre os planos previdenciários, a partir da aplicação do percentual utilizado, apresentou-se distribuído da seguinte forma:

			R\$ 1,00
	Forma de pagamento	Parcelas	31/10/2014
Déficit atuarial			48.846.497
Compensação de contribuições indevidas			(1.239.102)
Déficit atuarial líquido			47.607.395
Detalhamento:			
Plano Prodemge (RP5-II)	contribuições extraordinárias	-	590.546
Plano ProdemgePrev (CD)	contrato de parcelamento	77	35.387.001
Plano Saldado	contrato de parcelamento	30	11.629.848
			47.607.395

A parcela referente ao Plano Prodemge RP5-II não foi objeto de contrato, permanecendo paga através de contribuições extraordinárias, conforme previsto no plano de custeio, apresentando o montante de R\$590.546 na data efetiva da transação.

O saldo do contrato de parcelamento firmado para o plano ProdemgePrev em 31 de dezembro de 2014 totaliza a importância de R\$35.498.304 e para o Plano Saldado o valor é de R\$11.426.987, conforme detalhamento em Nota Explicativa n.º 09.

9. FINANCIAMENTOS

Passivo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
Contrato RP5-II - BD	60.437	4.581.997
Contrato ProdemgePrev - CD	3.621.526	-
Contrato Saldado - BD	1.190.205	-
TOTAL	4.872.168	4.581.997
Passivo Não Circulante		
Contrato RP5-II - BD	126.544	13.230.154
Contrato ProdemgePrev - CD	7.582.808	-
Contrato Saldado - BD	2.492.071	-
TOTAL	10.201.422	13.230.154
TOTAL CONTRATADO	15.073.590	17.812.151

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1988, restando 41 parcelas em 31 de dezembro de 2014, somando o montante de R\$15.073.590. Em 31 de dezembro de 2013 o valor registrado era de R\$17.812.151, não proporcionalizado entre os planos, visto que o rateio ocorreu a partir da data efetiva de transação.

A partir da Estratégia Previdencial implantada, esse financiamento foi renegociado e acordado através de um Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado. Os contratos foram pactuados a juros de 6% ao ano e atualizado mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE.

A proporção de rateio utilizado na distribuição do valor total da dívida para cada plano seguiu a mesma tratativa constante em Nota Explicativa n.º 08 (Benefício Pós Emprego).

	R\$ 1,00
Passivo Circulante	31/12/2014
Contrato ProdemgePrev - CD	6.651.188
Contrato Saldado - BD	5.030.191
TOTAL	11.681.379
<hr/>	
Passivo Não Circulante	
Contrato ProdemgePrev - CD	28.847.116
Contrato Saldado - BD	6.396.796
TOTAL	35.243.912

Para cobertura do financiamento do déficit atuarial ocorreu assinatura do Termo de Confissão e parcelamento de dívida relativa à migração de participantes e assistidos do Plano Prodemge RP5-II para os planos Saldado e ProdemgePrev.

Os contratos foram pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE e divididos em parceladas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

10. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$1,00	
	2014	2013
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Dívida Líquida Consolidada	29.458.775	29.458.775
Pagamento de Parcelas	(27.983.144)	(24.706.403)
Atualização Monetária	26.290.156	25.591.005
Saldo devedor REFIS	27.765.787	32.674.610
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(5.943.949)	(7.464.900)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(51.765)	(47.215)
Saldo devedor REFIS a valor presente	21.770.073	23.199.301
Menos: Passivo Circulante	(1.896.714)	(1.723.825)
Não Circulante	19.873.359	21.507.476

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2034.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2014;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2014, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2014.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Ajuste de Avaliação Patrimonial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) onde para o exercício de 2014 ocorreu o reconhecimento de R\$23.993.228 como Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia. Para o exercício de 2013 o montante foi de R\$12.199.171.

- Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Realizado em dezembro de 2014, o valor de R\$98.547 referente à realização da Reserva de Reavaliação de edificações.

- Reserva Legal

Constituída no exercício de 2012, à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2014 houve absorção da Reserva Legal pelo prejuízo acumulado apurado.

- Retenção de Lucros

Constituída com base na apuração do resultado de 2012, no valor de R\$8.800.274 e destinada para aplicação em investimentos tecnológicos da Companhia na 39ª reunião da Assembleia Geral Ordinária – AGO de 17 de abril de 2013.

O valor orçado e aprovado para execução da Reserva de Retenção de Lucros teve destinação do valor de R\$6.103.733 durante o exercício de 2013.

Para o exercício de 2014 a destinação aconteceu da seguinte maneira:

DESCRIÇÃO	R\$
Retenção de lucros p/ aplicação em investimentos tecnológicos	8.800.274
(-) Execução orçamentária realizada em 2013	(8.587.751)
Saldo remanescente para investimento em 2014	212.523
(-) Contrato AE-144/2014 – It-one Tecnologia da Informação Ltda.	212.523
Saldo final da reserva de retenção de lucros	-

a) Deliberação da Diretoria nº 073/2014 – Aquisição de servidores para ampliação da capacidade do Datacenter. Objeto: Contratação da Empresa It-one Tecnologia da Informação Ltda. para fornecimento, instalação, suporte, manutenção, capacitação e garantia de 20 servidores X86.

Contrato AE-144/2014 – vigência: 22/07/2014 a 22/06/2019

Valor contratual: R\$643.217 (seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e dezessete reais).

Valor utilizado: R\$212.523 (duzentos e doze mil, quinhentos e vinte e três reais).

No exercício de 2014 a PRODEMGE apresentou prejuízo operacional no valor de R\$8.144.092. De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Companhia, após realizar a Reserva de Reavaliação, apresentou saldo na conta de lucros acumulados de R\$98.547, utilizado para absorver parte do prejuízo, restando R\$8.045.545 em prejuízos acumulados.

Para absorção do valor remanescente, utilizou-se dos valores registrados como Reserva de Retenção de Lucros e Reserva Legal, restando um prejuízo acumulado no valor de R\$1.792.799.

A seguir é demonstrada a realização das Reservas de Lucro e a utilização para absorção do prejuízo apurado no exercício de 2014.

Conta Contábil: Lucros/Prejuízos acumulados:

EVENTO	VALOR	SALDO
Prejuízo do exercício em 31/12/2014	-	(8.144.092)
Compensações:		
- Lucro acumulado decorrente de Realização da reserva de reavaliação	98.547	(8.045.545)
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	6.103.732	(1.941.813)
- Realização da Reserva legal	149.014	(1.792.799)

Conta Contábil: Reserva de Retenção de Lucros

EVENTO	VALOR	SALDO
Reserva de Retenção de Lucros - investimentos tecnológicos		6.103.733
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	(6.103.733)	-

12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R\$1,00
Item	Vr. Segurado (R\$)
Edifícios	11.653.046
Datacenter	31.366.370
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 47 processos, dos quais 40 referem-se a processos trabalhistas, 06 processos na vara da Fazenda Pública e apenas 01 (um) processo na justiça federal.

Para o exercício de 2014, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$9.861.018, conforme demonstrado abaixo:

a) JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR,

40% do FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. Ressalte-se, inclusive ações movidas pelo sindicato da categoria pleiteando a PLR de 2006 a 2010 e Hora Ficta, representando 76% do valor total provisionado.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 24 processos (66% do total dos processos), representando 27% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	-
Perda Possível	-
Perda Provável	9.861.018
Total das ações na Justiça do Trabalho	9.861.018

b) JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	74.777
Perda Possível	3.000
Perda Provável	-
Total das ações na Justiça Comum	77.777

c) JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui apenas uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R\$34.000.

14. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Prodemge possui 03 Planos de Benefícios de Aposentadoria para seus empregados:

- RP5-II – Plano de Benefícios Definidos
- ProdemgePrev – Plano de Contribuições Definidas
- Plano Prodemge Saldado

O foco da avaliação atuarial é o RP5-II – Plano de Benefícios Definidos (participantes ativos e assistidos) e os participantes assistidos do Plano Prodemge Saldado, não sendo considerados os participantes, assistidos e/ou ativos do ProdemgePrev - Plano de Contribuições Definidas.

O Plano de Benefícios, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é um tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado - chamado Plano de Benefícios RP5/II, com início operacional em 01/10/1994, que contempla:

- Benefícios Programados: suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial e suplementação do décimo terceiro.
- Benefícios de Risco: suplementação de aposentadoria por invalidez, de auxílio doença, de pensão por morte, de auxílio reclusão, do décimo terceiro e pecúlio por morte.

Além dos benefícios acima, o Plano contempla os seguintes Institutos previstos em Lei complementar 109/2001:

- Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade e Auto patrocínio.

Em 31/10/2014 houve migração da maior parte dos participantes para o Plano de Contribuição Definida e Plano Saldado gerando a seguinte composição no número de participantes ativos e mantidos:

Participantes Ativos	Pós-Migração	Pré-Migração
Quantidade	4	477
Idade Média	40,00	51,73
Salário Médio Mensal	5.001,53	6.627,30
Soma dos Salários	20.006,13	3.161.222,83
Mantidos Diversos	Pós-Migração	Pré-Migração
Quantidade	9	66
Idade Média	39,56	48,00
Salário Médio Mensal	4.550,35	5.052,62
Soma dos Salários	40.953,12	333.472,74

Em relação aos assistidos aposentados e pensionistas, temos o quadro de estatísticas abaixo:

Assistidos Aposentados	Todos	RP5-II	Saldado
Quantidade	161	10	151
Idade Média	62,64	63,50	62,58
Benefício Médio Mensal	3.445,41	2.063,81	3.536,91
Soma dos Benefícios	554.711,38	20.638,09	534.073,29
Assistidos Pensionistas			
Quantidade Pensões	18	6	12
Idade Média	63,56	60,67	65,00
Benefício Médio Mensal	1.883,10	1.653,78	1.997,75
Soma dos Benefícios	33.895,74	9.922,70	23.973,04

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário "**Plano de Benefício RP5/RP II da Patrocinadora PRODEMGE**", é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) do IBRACON Instituto Brasileiro de Contadores e normatizado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na presente avaliação foram definidas pela **PRODEMGE**, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas, sendo:

Tábua Mortalidade Geral	AT-2000 M e F
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49 M agravada em 100%
Tábua Entrada Invalidez	Light - Média
Rotatividade	4,98%
Projeção crescimento real de salário	1,40%
Fator de capacidade (salário e benefício)	98,03%
Taxa real anual de desconto	5,29% a.a.
Taxa anual de longo prazo de inflação	5,0% a.a.
Idade na data de aposentadoria	Primeira idade em que se torna elegível a um benefício de aposentadoria.
Composição familiar	Cadastro real

De acordo com os Balancetes enviados pela Fundação Libertas e segregados por Plano, temos o seguinte quadro relativo ao Valor Justo dos Ativos de cobertura dos benefícios de pós-emprego considerados nesta avaliação:

Posição Patrimonial	RP5-II	Saldado
	01/11/2014	01/11/2014
Patrimônio (Ativo Total)	19.101.040	92.492.898
(-) Exigível Operacional	(994.197)	(1.023.615)
(-) Exigível Contingencial	(14.048.015)	(42.784)
(=) Patrimônio Social integralizado	4.058.828	91.426.499
(-) Fundo Previdencial	-	-
(-) Fundos Administrativos	(18.318)	(360.753)
(-) Fundo de Investimentos	(8.558)	(33.101)
(-) Parcela Contrib. Definida	-	(73.122.389)
(=) Ativo Justo do Plano (ativo líquido)	4.031.952	17.910.256
Valor utilizado no cálculo - 31/12/2014(*)	4.078.452	18.116.812

(*)Atualizado pelo INPC de novembro e dezembro/2014

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	R\$1,00	
	2014	2013
A. RECONCILIAÇÃO DO VALOR DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS		
Valor das obrigações no início do ano	(288.324.145)	(322.526.957)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(24.129.053)	(16.927.831)
Juros sobre a obrigação atuarial	(15.252.347)	(17.319.698)
Contribuições de participantes	(9.004.779)	
(Ganho)/perda atuarial	267.340.471	54.906.708
Benefícios pagos no ano	7.651.893	13.543.632
Valor das obrigações calculadas no final do ano	(61.717.960)	(288.324.146)
Valor das obrigações - participantes ativos	(1.700.593)	
Valor das obrigações - Aposentados:	(54.976.343)	
RP5II	(2.000.429)	
Saldado	52.975.913	
Valor das obrigações - Pensionistas:	(5.041.024)	
RP5II	(1.593.952)	
Saldado	(3.447.072)	
B. RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS		
Valor justo dos ativos no início do ano	279.093.039	248.928.870
Rendimento esperado no ano	14.764.022	20.597.285
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(328.660.687)	9.198.926
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	55.646.004	6.825.011
Contribuições de participantes vertidas ao Plano	9.004.779	7.086.580
Benefícios pagos no ano	(7.651.893)	(13.543.632)
Valor justo dos ativos no final do ano	22.195.264	279.093.039
C. CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO (parcial ou totalmente cobertos)		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	61.717.960	288.324.145
Valor justo dos ativos do plano	22.195.264	279.093.039
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	39.522.696	9.231.106
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)		
Custo do déficit técnico contratado (serviço passado)	(15.529.468)	(21.430.277)
(Passivo)/Ativo líquido	(23.993.228)	(12.199.171)
D. COMPONENTES DA DESPESA / (RECEITA) DO PLANO		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(24.129.053)	(16.927.831)
Juros sobre as obrigações atuariais	(15.252.347)	(17.319.698)
Rendimento esperado dos ativos do plano	14.764.022	20.597.285
Amortização do custo do serviço passado	(1.811.009)	(1.811.009)
Total da (despesa) receita a ser reconhecida	(26.428.388)	(15.461.253)

	R\$1,00	
	2014	2013
E. PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de desconto real atuarial anual	5,29%	5,29%
Taxa média de aumento real do salário	1,40%	1,40%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo	5,00%	5,00%
Fator de Capacidade	98,03%	98,03%
F. ATIVOS DO PLANO (percentual de alocação dos ativos)		
Renda variável	11,21%	14,27%
Renda fixa	77,65%	72,22%
Imóveis	5,50%	7,16%
Outros	5,65%	6,36%
Total	100,00%	100,00%
G. HISTÓRICO DE GANHOS E PERDAS OBSERVADOS		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	61.717.960	288.324.145
Valor justo dos ativos do plano	22.195.264	279.093.039
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	39.522.696	9.231.106
(Ganhos)/perdas observados nos ativos		
Valor	(328.660.687)	9.198.926
Percentual dos ativos do plano	-1480,77%	3,30%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor	267.340.471	54.906.708
Percentual dos ativos do plano	433,16%	19,04%
Total de (ganhos)/perdas observados no exercício	61.320.216	64.105.634
H. RESUMO DOS DADOS CADASTRAIS		
Data das estatísticas	30/11/2014	31/10/2013
Participantes em Atividade		
Quantidade	4	501
Idade Média	40,0	50,3
Salário Médio Mensal	5.002	5.780
Soma de Salários	20.006	2.895.616
Assistidos Aposentados		
Quantidade	18	253
Idade Média	63,6	61,3
Benefício Médio Mensal	1.883	3.935
Soma dos Benefícios	33.896	995.558
Assistidos Pensionistas		
Quantidade Beneficiários	59	59
Quantidade Pensões	18	31
Idade Média	64	54,4
Benefício Médio Mensal	1.883	1.987
Soma dos Benefícios	33.896	61.592

15. REVISÃO DA VIDA ÚTIL

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a PRODEMGE, com a utilização de fontes técnicas internas, avaliou se houve alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos modificaram a representatividade econômica no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que pudesse ser considerada relevante. Através desse procedimento não houve indicação de que tivéssemos de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de nossos ativos.

Não detectamos mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeja descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente, ou, ainda que um ativo possa ter vida útil alterada ou indicação de que as taxas de depreciação atualmente utilizadas pudessem ser diferentes em função das condições atuais de operacionalidade do conjunto de bens do ativo imobilizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente
Isabel Pereira de Souza
José Ricardo Esteves Rodrigues
José Domingos Filho
Cláudia Venuto Castro Soares de Moura
Andréa Maria Lopes de Aguiar

DIRETORIA EXECUTIVA

Isabel Pereira de Souza – Diretora-Presidente
Paulo César Lopes – Diretor
Nathan Lerman – Diretor
Maria Luiza de Oliveira Jakitsch – Diretora
Raul Monteiro de Barros Fulgêncio – Diretor

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro
Maria Beatriz Horta Quina

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Maria Kátia Lacerda de Oliveira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9